

**ENTRE A HISTÓRIA E A PÓS-VERDADE:
NOVAS TENDÊNCIAS DE ABORDAGENS A PARTIR DO REVISIONISMO
HISTÓRICO, POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES**

Paulo João Afamado Pedro¹

Resumo

Este estudo, de carácter bibliográfico, propõe contribuir para o debate sobre o papel da História e dos historiadores na era da pós-verdade. A partir das críticas pós-modernas, analisa os regimes de verdade consolidados na modernidade e suas influências na prática historiográfica, evidenciando como a disciplina auxiliou na legitimação de paradigmas e, por vezes, na formação de dogmas. O revisionismo histórico, embasado em perspectivas pós-modernas, é apresentado como possibilidade de reavaliação crítica da História enquanto ciência, embora enfrente limitações teórico-metodológicas, em aspectos semânticos, definição de escalas analíticas e no compromisso ético-crítico dos pesquisadores. Objectivo deste estudo bibliográfico é compreender o papel da História na era da pós-verdade, defendendo a necessidade de repensar métodos de pesquisa, revisar fontes e exigir rigor na apresentação de evidências que sustentem ou contestem narrativas. Em suma, reforça-se o valor transformador da análise histórica crítica para enfrentar os desafios de um contexto marcado pela relativização da verdade.

Palavras-chave: História; Pós-Verdade; Revisionismo Histórico, Crítica Pós-Moderna

*BETWEEN HISTORY AND POST-TRUTH: NEW TRENDS IN APPROACHES FROM
HISTORICAL REVISIONISM, POSSIBILITY AND LIMITATIONS*

Abstract

This bibliographic study aims to contribute to the debate on the role of History and historians in the post-truth era. Based on postmodern criticism, it analyzes the regimes of truth consolidated in modernity and their influences on historiographic practice, highlighting how the discipline helped to legitimize paradigms and, at times, to form dogmas. Historical revisionism, based on postmodern perspectives, is presented as a possibility for a critical reevaluation of History as a science, although it faces theoretical and methodological limitations in semantic aspects, definition of analytical scales and in the critical ethical commitment of researchers. The objective of this bibliographic study is to understand the role of History in the post-truth era, defending the need to rethink research methods, review sources and demand rigor in the presentation of evidence that supports or contests narratives. In short, it reinforces the transformative value of critical historical analysis to face the challenges of a context marked by the relativization of truth.

Keywords: History; Post-Truth; Historical Revisionism, Postmodern Criticism.

¹ Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda.

Introdução

Tem sido *práxis* uma espécie de assalto temático, nos últimos anos, por indivíduos de diferentes segmentos da sociedade, desde jornalistas, artistas, activistas, políticos, que não somente promovem, com base no sensacionalismo, processos de questionamentos constantes da história e de seus agentes, mas também (re)posicionam a história em um lugar cujo valor deve ser medido pelo endossamento de determinadas ‘verdades’ e refutação de determinadas ‘inverdades’. Essa tendência de reposicionamento e de atribuição de novas funções sociais à história, resulta de um questionamento ainda maior, o da ciência.

Ora, a ciência, apesar do seu carácter progressista, está sujeita a problemas e falhas. No entanto, isso não deve servir como medida de invalidação da mesma. Kuhn (1977) entende que a tensão essencial na ciência é entre o total compromisso com o *status quo* e uma busca cega de novas ideias. Desta feita, as mudanças de paradigmas² e as revoluções na ciência dependem do equilíbrio adequado desses dois impulsos opostos. Logo, a ciência assume um carácter introspectivo, sem que, no entanto, isso coloque em xeque sua validade.

No caso da História, a intersecção, que se vem estabelecendo entre a mesma e a pós-verdade, tem gerado, entre a comunidade de historiadores, debates sobre novas abordagens revisionistas em voga nos últimos tempos, principalmente com aqueles temas, cujo impacto sobre determinados grupos minoritários, do ponto de vista do poder, ganham sentidos negativos. Partindo dessa ideia, o revisionismo histórico, que tem como escopo, apresentar, revisar e reinterpretar eventos e narrativas condicionais, encontra-se agora em um cenário amplificado pela pós-verdade, onde a manipulação dos factos e a prevalência de emoções e crenças sobre a objectividade da informação desafiam a própria essência da ciência histórica.

Este contexto tem gerado novas possibilidades para o resgate da história marginalizada e esquecida, quanto as limitações, a medida em que interpretações distorcidas ou manipuladas podem comprometer a busca por compressão crítica e fundamentada dos acontecimentos passados.

Portanto, a explanação dessas dinâmicas é fundamental para entender o papel da história como campo da ciência na (re)construção da memória colectiva, podendo, com o devido cuidado teórico-metodológico, analisar essa reconstrução sem, evidentemente, deixar de reconhecer suas limitações.

² Sherman (2011) compreende como um modelo compartilhado pela maioria, mas não todos os membros de uma comunidade científica, destinado a descrever e interpretar fenómenos observados ou inferidos, passados ou presentes, e voltados para construção de um corpo de conhecimento testável.

Pós-Verdade e a Manipulação Histórica

A pós-verdade é um conceito contemporâneo, cunhado pelo dramaturgo norte-americano Steve Tesich, que ganhou destaque, na última década, especialmente em 2016, quando foi eleito pelo *Ditionary Oxford* como palavra do ano. Ela ganha espaço com o surgimento de novas formas de comunicação e a crescente centralidade das redes sociais no debate público. O termo refere-se a um cenário no qual os sentimentos e crenças pessoais têm mais influência sobre a formação da opinião pública do que os factos objectivos. Sobre isso, Júnior (2019) assevera que:

se tomamos o tema pós-verdade em sua acepção mais directa, ou seja, aquela que nos indica o estado, condição ou circunstância que se anuncia “após” um primeiro estado, condição ou circunstância, chegamos a uma definição que, no mínimo, pretende indicar algo diverso do que anunciamos por verdade (Júnior, 2019, p. 1).

A campanha de Donald Trump se constituiu como um marco dessa virada. Combinando retórica agressiva, desqualificação sistemática da imprensa tradicional (*fake news media*) e uma profusão de afirmações falsas ou enganosas, Trump não somente desafiou os padrões tradicionais do discurso político, como também desestabilizou os mecanismos de validação da verdade compartilhada, essenciais para o funcionamento saudável de uma democracia. Em vez de apresentar propostas ancoradas em diagnósticos racionais, sua estratégia discursiva explorou medos, ressentimentos e estereótipos, abrindo espaço para a reafirmação de discursos populistas, nacionalistas e fundamentalistas.

Yascha Mounk (2018), cientista político germano-americano, tem sido uma das vozes mais atentas a esse processo. Em obras como *O Povo contra a Democracia*, Mounk argumenta que estamos vivendo uma crise da democracia liberal, impulsionada justamente pela erosão do consenso em torno de princípios básicos como o pluralismo, a tolerância e a própria ideia de verdade objectiva. Para Mounk o populismo contemporâneo, seja à direita ou à esquerda, mina as instituições democráticas ao prometer uma representação ‘autêntica’ do povo contra elites supostamente corruptas, legitimando ataques à imprensa, ao judiciário e a qualquer mecanismo de controle institucional.

O fenómeno da pós-verdade, nesse contexto, não é somente uma consequência da era digital ou das redes sociais, mas o sintoma de uma transformação mais profunda nas relações entre linguagem, poder e democracia. A desinformação e a polarização extremada criam um terreno fértil para o fundamentalismo religioso, político ou ideológico, que se recusa ao debate racional, rechaça o dissenso e promove uma lógica binária de ‘nós contra eles’. Como alerta Mounk, esse processo tem consequências globais: desde o Angola, Brasil até a Hungria, passando por Filipinas, Índia e Polónia, líderes populistas têm se valido da pós-verdade para consolidar regimes autoritários sob o verniz da legitimidade popular.

Assim, discutir a pós-verdade não é apenas um exercício teórico, mas uma tarefa urgente para quem deseja defender o espaço público como lugar de encontro, de escuta e de argumentação racional. A recuperação desse espaço exige o fortalecimento de instituições, a educação crítica e o compromisso com uma ética do discurso que, longe de negar os afectos e as identidades, saiba integrá-los à construção de uma democracia plural e resistente às tentações autoritárias.

Percebe-se que estes fenómenos podem estar, intrinsecamente, relacionados à manipulação histórica, enquanto a verdade histórica³ pode ser distorcida para servir objectivos políticos ou de agenda ideológica em vez de um entendimento fiel dos eventos.

A manipulação histórica, nesse sentido, e, no contexto da pós-verdade, envolve a selecção, omissão e reinterpretação dos factos do passado de modo a criar narrativas que atendem certos objectivos, muitas vezes, sem considerar a complexidade ou a totalidade dos acontecimentos históricos. Esses processos, por vezes, geram uma versão reconfigurada da história, que pode ser utilizada para legitimar discursos⁴, reforçar estereótipos ou promover uma agenda específica. Assim, ao distorcer o passado, manipula-se a compreensão sobre o presente, gerando uma sensação de verdade, que não corresponde os factos até então objectivos.

A implicação filosófica da pós-verdade e da manipulação histórica, refere-se ao questionamento da própria natureza da verdade e da realidade. Tradicionalmente, filósofos como Platão, Aristóteles e Kant defendiam que a verdade era algo acessível à razão e que deveria ser buscada de forma objectiva, independentemente das percepções individuais. No entanto, a pós-verdade desafia essa visão, propondo que as verdades podem ser fluídas, dependendo dos contextos sociais, emocionais e até manipuláveis por quem detém o poder de comunicação.

Arendt (2014) propõe uma reflexão entre as variadas definições de verdade, estabelecendo, a partir disso, a diferença entre verdade racional ou filosófica e o que ela denomina de verdade de facto. Conforme a autora, entende-se por verdade racional ou filosófica aquela que se relaciona no domínio da opinião, que penetrando na ‘praça pública’, apresenta uma modificação diferente de uma espécie de raciocínio para outro, mas de um modo de existência humana para outro. A verdade de facto, por sua vez, estabelece o distanciamento com a primeira, aludindo, no entendimento da autora, dever estar ancorado nos factos.

Ora, pensa-se necessário enfatizar que esse fenómeno tem implicações nas mais diversas esferas académica, ética e política, pois ao relativizar a ‘verdade’ abre-se a possibilidade para propagação de informações falsas ou distorcidas, podendo, efectivamente, afectar a confiança nas instituições, na ciência e na própria convivência social no âmbito da esfera pública. Há também o

³ Importante abrir nota para dizer que, esse conceito é frequentemente discutido, pelo facto de a história não ser somente um conjunto de factos objectivos, mas também uma construção interpretativa.

⁴ Ver Foucault (2001) *A ordem do discurso* e Pêcheux (1988) *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*.

reflexo da transformação dos mecanismos de comunicação com ascensão das redes sociais e a descentralização da informação.

No contexto actual, plataformas como o *Facebook*, *Tik Tok*, *X*, o *YouTube* e programas de televisão oferecem um espaço, onde a veracidade de uma informação, muitas vezes, não é tão importante quanto seu apelo emocional ou a capacidade de se propagar rapidamente. Sobre isso, acompanhamos, recentemente, o caso do apresentador de televisão, do programa *Conexão*, da Rede Girassol, que se enganou sobre o 449.º aniversário da cidade de Luanda, ou da afirmação de um formador de opinião/influenciador digital angolano, num *Podcast* segundo o qual “Sócrates foi morto pela igreja católica”, sendo isso impossível de ter acontecido. Júnior (2019) lembra-nos como as *fake news* e a adesão ao seu conteúdo, sem qualquer critério de verificação ou mesmo de verossimilhança, tem sido um dos grandes exemplos a indicar como aquilo que se chama de pós-verdade. Esta estaria predominando sobre o estado de coisas, nas quais a verdade permaneceria como um aspecto fundamental na organização da opinião pública. A despeito disso, de acordo com Muangunga.

todos temos direito de nos enganar, o que é diferente de normalizar enganos, banalizar o mal, institucionalizar mediocridade, a ânsia pela democratização das ideias precisa nos prevenir das formas de institucionalização dos absurdos, o problema não é errar, dizer asneiras, enganar-se, o problema é sobre os valores que defendemos no quadro público (Muangunga, 2025).

Nesse caso, os limites e implicações do emprego da pós-verdade revelam a fragilidade da construção de um consenso social, uma vez que a verdade deixa de ser algo compartilhado em termos racionais, sendo determinada pela repetição da narrativa convincente.

Ora, este cenário, por si só, desafia a educação e o pensamento crítico, ao ser necessário que os indivíduos aprendam a validar a informação que consomem. Portanto, a análise da pós-verdade e da manipulação histórica não pode ser dissociada da discussão sobre a transformação dos mecanismos de comunicação e das funções das novas tecnologias na formação da opinião pública.

Os fenómenos característicos da nossa época impulsionaram para o advento não circunstancial e uma tendência de mentiras tão bem articuladas que parecem criar uma realidade alternativa. Sobre isso, Heberman (2003) entende que a verdade esteja intrinsecamente ligada à linguagem, ao contexto histórico e à experiência vivida. No nosso entender, abre-se a possibilidade para, a partir disso, sugerir que a análise da pós-verdade pode indicar um caminho de decomposição daquilo que dá corpo ao termo, deixando de o conceber somente como algo característico da nossa época.

Para Foucault, a distinção entre verdadeiro e falso passa, ainda, por um conjunto de procedimentos que regulamenta o funcionamento dos enunciados que produzem efeitos e se apoiam em verdades anteriores. Assim a verdade é um combate em torno de um estatuto determinado pelo regime económico-político que se altera local e historicamente. [...], na verdade, ou no verdadeiro, não há um dado natural que se possa dizer que se trata de algo verdadeiro ou de uma verdade, é preciso estar no regime ou estatuto de verdade, ou

verdadeiro, que passa por determinação dos sistemas e regimes de valores sociais (Foucault, 2021).

Apesar da acepção foucaultiana, é importante recuperar Tyler Stephen, citado por Hobsbawm (2010), que assevera: “se não existir uma distinção clara entre o que é verdadeiro e o que me parece ser verdadeiro, então a minha própria construção da realidade é tão boa como desta ou daquela qualquer outra pessoa” (Hobsbawm, 2010, p. 252).

Neste âmbito, é importante dizer que, em um ambiente saturado de informações, é essencial que busquemos formas de promover uma reflexão profunda sobre a natureza da verdade e a responsabilidade que temos como cidadãos/acadêmicos na construção de uma sociedade informada e consciente.

Revisionismo Histórico e suas Implicações na Construção do Conhecimento

O revisionismo histórico, como fenómeno intelectual, surge no final do século XIX e início do século XXI, num contexto de contestação das narrativas históricas dominantes. O termo ‘revisionismo’ refere-se ao esforço de revisar, repensar ou reinterpretar acontecimentos históricos, desafiando interpretações estabelecidas que foram, alimentada por ideologia ou perspectiva de poder.

O termo revisionismo adquiriu, especialmente ao longo do século XX, expressiva polissemia: ora apropriado positivamente, ora pejorativamente; ora servindo de formas plurais a acirradas disputas políticas e ideológicas, ora apropriado por querelas académicas e intelectuais estás também, de maneira alguma, estranha às disputas políticas e ideológicas; ora se aproximando e se fundindo com a ideia de negação. É o que faz, por exemplo, Pierre Vidal-Naquet em conhecido artigo da década de 1980: [...] Chamarei aqui “revisionismo” a doutrina segundo a qual o genocídio praticado pela Alemanha nazista contra judeus e ciganos não somente não teria existido, como não passaria de mito, fabulação ou fraude. Falo aqui do “revisionismo” no sentido absoluto do termo, mas existem também revisionismos relativos, sobre os quais direi algumas palavras. A palavra em si possui uma história que é estranha e que mereceria ser desenvolvida. Os primeiros “revisionistas” modernos foram, na França, os partidários da “revisão” do processo de Alfred Dreyfus (1894), mas a palavra foi muito rapidamente apropriada pelos seus adversários e essa mudança de sentido deve ser considerada sintomática. A palavra ganhou em seguida um sentido tanto positivo como negativo, implicando sempre a crítica a uma ortodoxia dominante (Rollember; Cordeiro, 2021, p. 3).

Esse movimento é uma reacção contra a historiografia oficial e, muitas vezes, está vinculada ao desejo de revisitar a voz e a experiência silenciadas ou marginalizadas.

O revisionismo histórico emerge, principalmente, num momento de grande transformação social e política. Falamos do período pós-Segunda Guerra Mundial, dando-se, a posterior, o processo de reconstrução da sociedade pós-conflito. No entanto, também aparece como uma resposta crítica às interpretações históricas que se solidificaram como verdades, alimentadas pelo contexto de poder e hegemonia. Julga-se necessário dizer que o revisionismo histórico, como fenómeno intelectual, emerge em contextos de contestação e ruptura com as narrativas históricas dominantes,

frequentemente comprometidas com as hegemonias políticas, epistemológicas e culturais. Sua essência está na recusa da história como discurso totalizante e na abertura para vozes silenciadas, memórias subalternizadas e experiências múltiplas do tempo. A partir da Segunda Guerra Mundial, os horrores do nazismo, do holocausto e do colonialismo tardio desestruturaram a confiança nos valores da modernidade, razão, progresso e universalismo, permitindo o florescimento de uma crítica radical às bases da história tradicional.

Essa crítica ganhou densidade com a virada pós-moderna, compreendida a **condição cultural, social e filosófica marcada pela fragmentação das verdades universais, pela valorização das diferenças e pela centralidade da linguagem, da mídia e do consumo na construção da realidade.** Ela rompe com os ideais de progresso, razão e totalidade da modernidade, substituindo-os por multiplicidade, ironia, fluidez e desconfiança em relação a qualquer discurso hegemónico, no final dos anos 1970 e durante os anos 1980. Nesse contexto, o conhecimento histórico passou a ser compreendido não como uma representação neutra do passado, mas como construção discursiva, situada e atravessada por relações de poder. Michel Foucault foi central nesse deslocamento ao demonstrar que “a verdade não é exterior ao poder [...] ela é deste mundo: ela é produzida por múltiplas formas de coerção” (Foucault, 2021, p.12.). A história, portanto, não é mera reconstituição factual, mas efeito de práticas discursivas e dispositivos institucionais que regulam o que pode ser dito e lembrado.

O impacto da crítica foucaultiana é perceptível não apenas na historiografia crítica, mas também no campo da teoria pós-colonial e dos estudos subalternos. Edward Said, em *Orientalismo* (2007), mostra como o saber ocidental sobre o Oriente é menos um reflexo da realidade e mais uma construção discursiva sustentada por relações coloniais. O ‘Oriente’ não existe em si, mas é inventado pelo olhar ocidental como um “outro” exótico, sensual e irracional, a fim de consolidar o poder e a identidade do “Ocidente racional”.

Semelhantemente, Valentin-Yves Mudimbe, na obra *The Invention of Africa* (1988), investiga como os discursos coloniais europeus moldaram o que se entende por “África” e “africano”, revelando que a identidade africana foi inventada a partir de estruturas epistemológicas externas ao continente, especialmente pelas ciências coloniais. Tanto em Mudimbe (1988), como Said (2007), reconhece-se a influência das análises foucaultianas sobre o saber e o poder na desconstrução de narrativas coloniais e na reconfiguração da memória histórica dos povos subalternizados.

A obra de Gayatri Chakravorty Spivak, particularmente o ensaio “Pode o subalterno falar?”, insere-se nesse mesmo campo de ruptura. Spivak argumenta que os discursos hegemónicos, mesmo os revolucionários ou marxistas, frequentemente falam pelo subalterno, impedindo sua verdadeira enunciação. “O subalterno não pode falar” (Spivak, 2010, p.28.), escreve ela, não porque lhe falte voz, mas porque os aparatos discursivos a deslegitimam, a silenciam ou a traduzem de forma

distorcida. Spivak articula o pós-estruturalismo (especialmente de Foucault e Derrida) com uma crítica pós-colonial profunda, ampliando o escopo do revisionismo histórico para incluir também as epistemologias do Sul e as memórias não ocidentais.

Ainda sobre o pós-modernismo, a cena descrita por Zygmunt Bauman em *Amor Líquido* (2003), em que Viviane, em um bar, conversa sobre sexualidade em público, mostra a liquefação das normas e o deslocamento das fronteiras entre o íntimo e o público. Essa cena, aparentemente trivial, evidencia como as transformações contemporâneas desestabilizam os discursos normativos, inclusive os históricos e produzem novas formas de narrar o passado, o presente e o próprio sujeito. A sexualidade, assim como a história, deixa de ser um campo estabilizado e é lugar de disputa simbólica.

Nesse quadro, o revisionismo histórico não deve ser confundido com negacionismo que busca apagar factos históricos por motivações ideológicas, mas compreendido como uma atitude crítica diante das certezas estabelecidas. A partir da influência de Foucault, os estudos pós-coloniais, os estudos de género e os estudos subalternos promoveram uma verdadeira revolução epistémica, desafiando a ideia de uma verdade histórica única e questionando os próprios critérios de validação do saber histórico.

Como sintetiza Ricoeur (2007, p. 648), “a memória não é apenas lembrança, mas também esquecimento. [...] E é nesse jogo entre memória e esquecimento que se decide a verdade histórica”. O revisionismo, portanto, não busca destruir a história, mas ampliá-la, complexificá-la e democratizá-la, incluindo vozes como as de Viviane no bar, os subalternos de Spivak, os orientais de Said e os africanos de Mudimbe todos antes marginalizados pelo cânone histórico dominante.

Nesse contexto, o marxismo apresenta-se como uma das primeiras e mais notórias manifestações do revisionismo, ao procurar reavaliar a história a partir de uma versão crítica das classes sociais e das relações de produção. Na década de 20, do século passado, historiadores marxistas propuseram-se a examinar o papel da classe social dominante e evidenciar a história a partir das camadas populares, questionando, a título de exemplo, a interpretação da revolução francesa e da revolução industrial.

Ora, entre 1965–1966, François Furet e Denis Richet lançaram *A Revolução Francesa*, livro em dois volumes, no qual interpretaram o evento na contracorrente das interpretações marxistas, então, consagradas no meio académico. Segundo Gérard (2002), o “revisionismo da historiografia, da Revolução Francesa”, já estava em curso desde a década anterior, com a publicação do texto *O Mito da Revolução Francesa*⁵, do historiador britânico Alfred Cobban, mas a obra de Furet e Richet foi o ponto de inflexão desta revisão. As publicações posteriores, de Furet sobre o assunto, embora revejam aspectos defendidos na primeira abordagem, mantiveram, no essencial, a interpretação que

⁵ Texto publicado em 1955 pela *Falcroft Library Editions*.

suscitou polémica, desde os anos 1960, ganhando enorme visibilidade na ocasião das comemorações do Bicentenário da Revolução, em 1989.

A obra de Tocqueville, *O Antigo Regime e a Revolução*, publicada de forma primária em 1856 e, traduzido em 1997, pela Editora Universidade de Brasília, esteve na base da reflexão de Furet (e Richet). Ao invés de estudar a ‘Revolução’ conforme as abordagens comuns na época personalistas e sectárias, voltadas para as vivências dos revolucionários, o historiador, do século XIX, fez do enfrentamento de classes o objecto em questão. No processo de construção do Estado centralizado, datado do reinado de Luís XIV, estava a origem da sujeição da nobreza e do progressivo sentimento de igualdade difuso nas classes populares, sobretudo, no campesinato. Ao inserir o evento na longa duração, Tocqueville enxergou as transformações económicas no tempo e suas implicações nas dimensões políticas. Com esse ponto de vista, negou a ruptura revolucionária em favor das continuidades. “Plantada por filósofos”, com uma perspectiva internacional (Humanidade universal, Razão universal, Religião laica), a Revolução levou a uma nova religião, fanática, disposta a tudo. A Democracia, destino na história da França, poderia ter sido alcançada sem a Revolução nem autoritarismos.

Por meio de uma leitura própria de Tocqueville, Furet e Richet negaram o carácter burguês e de luta de classes da Revolução na chave interpretativa do marxismo. Soboul (1984) argumentou que, mesmo na fase jacobina, tratou-se de uma revolução burguesa. As massas teriam entrado em cena, orquestradas pela burguesia, que, diante da radicalização do processo, derrubou o líder Robespierre. Hobsbawm (2009) acompanhou Soboul, enfatizando ainda mais a tese da manipulação das classes populares pela burguesia, no período jacobino, e os aspectos económicos como decisivos para a eclosão do conflito. François Furet e Denis Richet insurgiram-se, portanto, em 1965–66, contra esta hegemonia marxista na compreensão da Revolução Francesa: a que insistia na luta de classes entre burguesia *vs* nobreza e na ruptura do processo revolucionário. A resposta de Soboul veio em 1974, no artigo em que chamou ambos historiadores de revisionistas, em sentido desqualificador. Assim como outros críticos liberais da interpretação marxista da ‘revolução burguesa’, no entanto, deslocar a interpretação de um extremo ao outro também evidenciava a dificuldade de lidar com o passado à luz do presente, de perceber a complexidade dos comportamentos reais, não raramente distantes dos dois extremos.

Ora, é ponto assente que as contribuições do revisionismo histórico são bastante amplas e pode ser vista como uma renovação ao nível da historiografia por diversos aspectos. Inicialmente, ao desafiar as narrativas dominantes, possibilitando uma perspectiva mais plural da história, incluem aquelas perspectivas de grupos sociais antes marginalizados, como as mulheres, ‘negros’, indígenas, trabalhadores. Para o nosso caso, os partidos, movimentos ou coligações políticas na oposição. Em segunda instância, ele reacende o debate sobre as questões ideológicas que, muitas vezes, estão

presentes na construção das narrativas históricas, ajudando a destacar como a história é uma construção de vencedores.

Portanto, o revisionismo histórico, enquanto prática de reavaliação e reinterpretação de acontecimentos passados, pode desempenhar um papel significativo na construção do conhecimento, cientificamente, fundamentado. Nessa linha, ela deve ser realizada com rigor académico e objectividade, contribuindo para o avanço do conhecimento, possibilitando uma (re)interpretação mais precisa dos acontecimentos históricos, considerando uma variedade de coisas, como novas fontes, metodologia ou até mesmo perspectivas. Esse processo de revisão é essencial para história, uma vez que novas descobertas são feitas internamente.

Ora, apesar desses aspectos, esse movimento desempenha papel ambíguo nesse processo de reconstrução de narrativas, cientificamente, fundamentadas, pelo facto de a flexibilidade que proporciona, do ponto de vista da (re)análise dos factos, abre espaço para distorções na própria história. Nessa situação, sendo o revisionismo usado para manipular as narrativas com o claro propósito de as moldar de modo que possam favorecer determinados segmentos.

A par do elemento exposto acima, a ética do revisionismo histórico envolve a análise e reinterpretação dos acontecimentos do passado à luz das novas evidências, abordagens teóricas/metodológicas. Embora o revisionismo seja uma prática legítima no campo da história, seu uso levanta questões éticas importantes, especialmente quando distorce ou manipula factos com fins políticos, ideológicos ou até comercial. Se, por um lado, o revisionismo histórico pode ser uma ferramenta essencial para corrigir uma falha na narrativa dominante, recuperar a história negligenciada ou marginalizada e fornecer uma visão mais complexa e multifacetada dos acontecimentos. Por exemplo, o reconhecimento das contribuições de grupos, historicamente, oprimidos destaca, sobretudo, os avanços nas mais diversas áreas pelos povos do Oriente, África ocidental, no período medieval, dos agora chamados Sul global, um trabalho feito no âmbito do pós-colonialismo, epistemologias do Sul, de Boa Ventura de Sousa Santos, sendo provas do valor da tendência da reinterpretação dos dados da ciência com o propósito de construção de perspectivas fundamentadas e menos enviesadas possíveis.

O revisionismo histórico é um processo natural e necessário na história como ciência. Com o avanço das pesquisas, a descoberta de novos documentos e a ampliação das perspectivas teóricas, historiadores revisitam e reinterpretem eventos passados. No entanto, a prática do revisionismo histórico também levanta questões éticas fundamentais, especialmente quando usada para distorcer factos com objectivos ideológicos, políticos ou pessoais.

A ética do revisionismo histórico deve se basear em princípios como a objectividade, o rigor académico e a responsabilidade com a verdade histórica. Qualquer revisão deve ser fundamentada em evidências concretas, cruzamento de fontes confiáveis e métodos críticos. Quando o revisionismo

é conduzido com seriedade, contribui para o esclarecimento de factos e a construção de um conhecimento histórico mais preciso e abrangente.

Entretanto, a deturpação da história para atender interesses específicos, como a negação de genocídios, a minimização de crimes contra a humanidade ou a glorificação de regimes autoritários, representa um uso antiético do revisionismo. Essas práticas não somente desrespeitam o compromisso com a verdade, mas também podem gerar impactos sociais negativos, perpetuando injustiças e influenciando decisões políticas equivocadas.

Assim, é essencial que a sociedade e os historiadores estejam atentos aos limites entre o revisionismo histórico legítimo e a manipulação da história. A educação histórica crítica, a valorização da diversidade de fontes e o debate académico são fundamentais para garantir que o passado seja revisitado de forma ética e construtiva, contribuindo para uma compreensão mais justa e aprofundada da história da humanidade.

História e Conspiração: Negacionismo e a reconfiguração da narrativa sobre holocaustos e escravidão

A construção da memória histórica é um processo dinâmico e essencial para compreender nossas origens, consolidar identidades e promover sociedades mais justas e conscientes. Entretanto, nos últimos anos, tem-se apresentado uma tendência preocupante: o surgimento de narrativas revisionistas e negacionistas, que buscam reinterpretar eventos históricos de grande relevância, como o Holocausto e a escravidão, com o intuito de favorecer interesses políticos e ideológicos.

Originalmente, como dissemos, o revisionismo histórico representa o esforço académico de revisão e aprimoramento do conhecimento sobre o passado à luz de novas evidências e metodologias. Esse processo é fundamental para o avanço do saber e para a correcção de interpretações desactualizadas. No entanto, a mesma ideia foi cooptada por grupos que, ao invés de promover a ampliação do conhecimento, distorcem ou negam factos amplamente documentados. Assim, o termo “revisionismo” passou a ser associado a uma prática negacionista que visa deslegitimar a veracidade dos relatos sobre o Holocausto e a escravidão. Em referência a isso, Rollember e Cordeiro discutem o distanciamento entre o revisionismo e o negacionismo, destacando que.

embora revisionismo e negacionismo sejam termos e conceitos que aludem a coisas distintas, não são raramente confundidos em estudos sobre diferentes temáticas e conjunturas. Este artigo procura diferenciá-los e analisar as razões e os processos a partir dos quais em muitos momentos os dois termos se confundiram. A questão ganhou visibilidade particular nas polémicas em torno dos crimes nazistas na Segunda Guerra Mundial, mas envolve controvérsias anteriores e posteriores ao conflito. Tal realidade pode ser observada em três dimensões que, sendo autónomas, com frequência, se embaralharam: (a) política e ideológica; (b) historiográfica; (c) judicial. Envolvendo disputas do passado, a

interpenetração dessas dimensões ocorre, sobretudo, quando estão em causa temas da história do Tempo Presente (Rollemberg; Cordeiro, 2021, p. 1).

No caso do Holocausto, a negação dos campos de concentração e a minimização do extermínio sistemático de milhões de judeus não somente desrespeitam a memória das vítimas, mas também se tornam ferramentas para a promoção de ideologias extremistas e antissemitas. Sobre isso, Bloch (2002) lembra-nos que a história subentendida, caso não se tome cuidado, seria muito bem capaz de arrastar, finalmente, em seu descrédito, a história mais bem entendida. Mas se um dia chegássemos a isso, seria ao preço de uma violenta ruptura com nossas mais constantes tradições intelectuais.

Ora, pouco antes da derrocada da Alemanha, na Segunda Guerra Mundial, os nazistas tentaram apagar as provas dos crimes cometidos nos campos de extermínio, destruindo fornos crematórios e documentação escrita, desenterrando corpos de valas comuns para os incinerar. Rousso, citado por Rollemberg e Cordeiro (2021), observa, contudo, que, terminado o conflito, no Tribunal de Nuremberg (1945–46), que pretendeu julgar lideranças do nazismo, os acusados pelos crimes do regime não negaram os factos pelos quais eram acusados. O mesmo ocorreu nos tribunais que colocaram no banco dos réus os colaboradores franceses durante a ocupação da França (1940–44). Nessas ocasiões, os incriminados chegaram, por vezes, a declarar desconhecerem os crimes ou não eram responsáveis por eles, sem, contudo, negá-los como crimes. A inflexão data do início da Guerra Fria, em 1947, quando apareceram as iniciativas de negar a existência dos campos de extermínio nazistas, dos fornos crematórios ou a dimensão dos crimes neles perpetrados. A negação de factos fartamente documentados, sobretudo por imagens e testemunhos, foi assumida, não por antigos nazistas e colaboradores dos territórios ocupados durante a expansão alemã, mas por intelectuais e políticos que não tinham envolvimento directo nos crimes. O conceito de negacionismo apareceu na historiografia somente a partir de 1987, no clássico *A Síndrome de Vichy*, de Henry Rousso. A partir de então, o conceito de negacionismo difundiu-se entre os historiadores para se referir à negação do Holocausto, fenómeno já em curso, desde os primeiros anos da Guerra Fria. Portanto, tal negação esteve marcada pelo carácter ideologizado dos embates da nova fase, que, por vezes, assumiu pretensões historiográficas e académicas. Apesar da formulação do conceito de negacionismo, muitos políticos, intelectuais e historiadores continuaram a empregar o termo revisionismo para designar a negação dos crimes nazistas, explorando, alguns mais explicitamente, outros menos, a conotação pejorativa nele implícita em virtude de outras polémicas. O apego ao termo revisionismo também explica-se pelo facto de os negacionistas se dizerem revisionistas para elevar o *status* de sua argumentação, alegando oferecerem uma revisão dos crimes nazistas ou uma revisão da sua dimensão.

Lipstadt também foi categórica a esse respeito:

Como o movimento para disseminar esses mitos não são académicos nem historiográfico, escolhi evitar o termo revisionismo sempre que possível e, em vez disso, empregar o termo

negação para descrevê-lo. A escolha por parte dos negacionistas do nome revisionista para descrever a si é indicativa de sua estratégia básica de engano e distorção e de sua tentativa de se retratar como historiadores legítimos envolvidos na prática tradicional de iluminar o passado. Para os historiadores, de fato, o nome revisionismo tem uma ressonância perfeitamente legítima (Lipstadt, 1994, p. 11).

A autora vai mais longe ao afirmar que Rousso, ao elaborar o conceito de negacionismo, procurou ‘colocar os pingos nos is’. Sustentou, com perspicácia, que o revisionismo é da natureza do trabalho científico, por meio do qual temáticas e interpretações são, constantemente, revisitadas em função de arquivos, documentação, abordagens, distanciamento no tempo, etc. Integra, assim, o processo de produção do conhecimento. Por meio das revisões, o conhecimento actualiza-se e se desenvolve. A esse respeito, Foucault analisa como a própria academia produz critérios de legitimidade, quem os estabelece, e quais práticas de exclusão são postas em funcionamento.

Todo saber é atravessado por relações de poder. A ciência, a história, a verdade, todas são construções marcadas por jogos de exclusão, hierarquia e normatização. O poder produz saber; [...] poder e saber implicam-se directamente: não há relação de poder sem constituição correspondente de um campo de saber (Foucault, 2021, p. 27–28).

Assim, quando negacionistas tentam usar a linguagem da ciência ou da história, não devemos simplesmente questionar se é lícito ou ilícito aceitá-los, mas como funcionam os dispositivos institucionais que legitimam uns saberes e deslegitimam outros.

Outros historiadores como Pierre Laborie e Enzo Traverso endossaram os argumentos de Rousso. A diferenciação entre os dois conceitos é, portanto, fundamental. O revisionismo actua em favor da história; o negacionismo, ao contrário, ao relativizar ou desqualificar factos e testemunhos, actua contra a própria história. Em tempos de desprestígio dos factos, na compreensão do passado, lembremos Ginzburg, defensor, em *O Juiz e o Historiador* (1993), das noções de prova e de verdade como parte constitutiva do ofício do historiador.

Enfim, a partir de 1947, a negação do Holocausto mobilizou grandes confrontos, sobretudo a partir dos anos 1970 e esteve presente nas mídias, na política e na academia. A política, a ideologia e a historiografia interpenetraram-se e polémicas acabaram na Justiça. Nesse movimento, o debate envolveu crimes do mundo comunista e do mundo capitalista, mesmo depois da queda do Muro de Berlim (1989) e da desagregação da URSS (1991).

Nesse sentido, Rollemberg e Cordeiro (2021) questionam se termos tão distintos como revisionismo e negacionismo podem ser utilizados como sinónimos, não é, em alguma medida, ceder aos apelos por legitimidade académica e científica de negacionistas? Podemos ou devemos ceder aos tais apelos? Devemos aceitar o termo ‘revisionismo’ mesmo quando se trata de processos que não negam, directamente, os crimes do passado, mas empreendem problemáticos processos de relativização da história, como aqueles colocados em prática pelas direitas radicais mais recentemente? Não nos parece razoável. Sob este aspecto, a batalha pelas palavras e pelos conceitos

parece, mais uma vez, fundamental. Aqui, destacamos outro aspecto relativo ao sentido pejorativo do termo revisionismo: a presença do sufixo ‘ismo’, utilizado em diversas línguas modernas, em geral, na formação de substantivos, que denotam acção ou prática, estado ou condição, princípios, doutrinas, uso ou característica, devoção ou adesão. Alguns dicionários chegam mesmo a definir-ismo como um conjunto de crenças, especialmente aquelas que você desaprova. Assim, o uso académico do termo revisionismo pode parecer comprometido, corrompido pelo sufixo que o acompanha, reduzindo-o a um conjunto de crenças ao serviço de determinada ideologia. Entretanto, em termos da produção do conhecimento histórico, rever e revisar são verbos plenamente legítimos e devem ser considerados parte da práxis de um bom pesquisador. Sobre isso, Foucault diria que as palavras são armas em jogos de poder. A ‘batalha pelos conceitos’ que os autores mencionam é, para Foucault, uma disputa pela definição do que pode ser dito, por quem, e com quais efeitos de verdade. Isso se conecta ao que ele chama de ordem do discurso Não é fácil ser admitido na ordem do discurso; cada sociedade tem seus mecanismos de controle, exclusão e apropriação do discurso. Logo, ao chamar algo de revisionismo ou negacionismo, não se está apenas descrevendo, mas produzindo um efeito de verdade, hierarquizando enunciados, desqualificando sujeitos ou reafirmando fronteiras epistémicas. Foucault (2001).

De acordo com Lipstadt (1994) em algum nível, revisionismo é algo no qual todos os historiadores legítimos se envolvem. Os historiadores não são somente cronistas, eles não recontam simplesmente a história. Cada um, tenta reunir um novo *insight* ou entendimento de uma história já conhecida, buscando uma nova maneira de interpretar o passado para nos ajudar a entender melhor o presente. Essa interpretação sempre envolve uma constante “revisão” do passado. Por sua própria natureza, a interpretação, no entanto, não pode ser puramente objectiva. Mas é construída sobre um certo corpo de evidências irrefutáveis: o Holocausto aconteceu; o mesmo vale para a escravidão. Rever, visitar o passado constantemente, sem prescindir das evidências e dos demais métodos consagrados pela História. Ao contrário, buscando, nos acontecimentos devidamente verificáveis, novos ângulos, novos caminhos para compreender o verbo que, como nos ensina Bloch, domina e ilumina a disciplina da História e as pesquisas dos historiadores.

Sem entramos aqui no debate teórico em torno desta problemática, digamos que é essencial que os historiadores defendam um fundamento da sua disciplina: A supremacia da prova. Se os seus textos são ficcionais, e sem dúvida que são em certo sentido, uma vez que composições literárias, a matéria-prima da ficção, são aqui factos verificáveis. A existência ou não-existência das câmaras de gás nazis pode ser determinado por prova. Uma vez que foi provado que existiram, os que negam sua existência, não escrevem História, independentemente das técnicas narrativas que possam usar (Hobsbawm, 2010, p. 252).

Da mesma forma, a reinterpretação ou até a negação da brutalidade, da escravidão, visa suavizar os até perpetrados pelas potências escravizadoras. Compreender não significa negar o ultrajante, subtrair o inaudito do que tem precedentes ou explicar fenómenos por meio de analogias e

generalizações tais que se deixa de sentir o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa, antes, examinar e suportar, conscientemente, o fardo que os acontecimentos colocaram sobre nós sem negar sua existência nem vergar humildemente a seu peso em uma tentativa de esconder o racismo presente. Sobre esse ponto, é interessante o apontamento que Carvalho e Rovida fazem.

A resistência dos negros escravizados, as revoltas e as lutas são apagadas e esquecidas nessa narrativa, assim como na proposta do Gilberto Freyre. Na luta pelo fim da escravidão só se mencionam os abolicionistas, eles é que seriam lembrados primeiramente e não a condição e a resistência do escravizado. Este discurso torna-se a primeira estratégia para se construir a realidade desejada pelo Brasil Paralelo⁶. Ao se desconsiderar as lutas, as revoltas e os actos de resistência, procura deslegitimar a luta e a reivindicações contemporâneas, como se estas fossem algo inventado por pessoas que se vitimizam, arranjando desculpa para conquistar algo de maneira fácil, se aproveitando supostamente de algo que não existiu ou que teve pouca relevância e gravidade (Carvalho; Rovida, 2018, p. 13).

É apresentado um discurso anacrónico, que compara o tráfico transatlântico com aquela escravidão da antiguidade na Grécia ou na Roma. As informações transmitidas, nesses casos, são rasas e o objectivo é produzir uma versão ‘própria’ dos processos ao longo da história, numa tentativa de forjar uma identidade nova. Desse modo, é perceptível como naturalizam a escravidão e diminuem os problemas que dela decorreram. Sobre o discurso e a mensagem apresentada por Carvalho e Rovida (2018), compreende-se que a “construção argumentativa reforça a proposta de que a escravidão não teria princípios raciais, evidenciando as excepções, pois o negro escravizado escravizava outros negros”. Uma das possíveis apropriações do espectador pode ser a de considerar como excepção o negro, escravizando o negro, porém as apropriações, constantemente, são reapropriadas pelo mesmo indivíduo. Assim sendo, o indivíduo que, inicialmente, entende como excepção pode aceitar como regra depois de uma reapropriação da mensagem.

O principal problema do historiador na pós-modernidade é a falta de confiança que a sociedade tem a respeito de seu trabalho, sua produção académica e, inclusive, dele próprio, já que o uso constante da pós-verdade na crença das pessoas acaba deturpando a importância do ofício dos responsáveis por apresentar fatos, e no caso do historiador, factos históricos. Outro empecilho que pode ser notado é que uma desinformação se prolifera muito mais rapidamente do que uma informação académica, dificultando o trabalho que pesquisadores têm em levar conhecimento à população. Assim, independentemente do quanto um profissional da área de História saiba a respeito dos factos passados e difunda este conhecimento, o mesmo pouco adiantará se a população não confiar em suas palavras, e esta situação é o principal problema enfrentado pelo historiador na era da pós-verdade, com convicções que não necessitem mais de factos, mas, sim, que meramente sejam perfunctoriamente palatáveis, dando uma falsa sensação de conhecimento e, desta impostura, produzindo, inclusive, actos em seu nome, com consequências que podem eventualmente ser nefastas e perniciosas ao mundo humano. E isto é, de certa

⁶ A Brasil Paralelo é uma produtora de conteúdo audiovisual brasileira, fundada em 2016, que se destacou por sua linha editorial alinhada ao pensamento conservador e de extrema-direita. Mediante documentários, séries e programas de comentário político, a produtora promove uma visão revisionista da história nacional, frequentemente marcada por críticas ao marxismo, à esquerda política e aos movimentos sociais. Sua actuação tem sido objecto de críticas por contribuir com a disseminação de desinformação e discursos negacionistas, especialmente no que tange à ditadura militar brasileira, à pandemia de COVID-19 e às pautas ambientais. Ao se apresentar como alternativa à ‘mídia tradicional’, a Brasil Paralelo consolidou-se como um agente central na articulação de uma esfera pública digital conservadora no Brasil contemporâneo.

forma, tudo o que a humanidade ilustrada tem recusado, e de várias formas, ao longo dos séculos, para que os ramos do saber, como a História, não padeçam de seus prejuízos (Silvera, 2023, p. 17).

Desta feita, as discussões historiográficas são deixadas de lado e os comentários que ecoam possuem um carácter de senso comum, que visa naturalizar a escravidão, inclusive buscando apontar que a escravidão pelos europeus pouco se diferenciava daquela que já era praticada em países do continente africano antes da chegada dos portugueses, evidenciando as análises anacrônicas e pouco aprofundadas nas discussões feitas sobre o assunto. Diante disso, é importante questionar, quais dispositivos de saber e poder permitem que certos discursos sobre a escravidão sejam hoje tolerados, promovidos ou institucionalizados, mesmo quando relativizam ou silenciam a violência estrutural do sistema escravista? Para Foucault, a história é uma tecnologia de poder que organiza as memórias, selecciona o que pode ser lembrado, silencia o que deve ser esquecido. A história não é apenas o que aconteceu, mas o que foi tornado visível por certos regimes de saber. Foucault percebe o **controle da memória** como uma forma de governar. O negacionismo ou revisionismo da escravidão serve a uma função política actual: **reorganizar a memória colectiva para desresponsabilizar estruturas contemporâneas de dominação.**

Nesse sentido, discursos que: culpabilizam africanos pela escravidão (“eles se venderam”), tratam a escravidão como “prática universal” sem contexto histórico, ou exaltam senhores como “figuras civilizadoras”, funcionam como **dispositivos de governo da subjectividade e da identidade racial no presente.** Eles **produzem sujeitos “negros” desautorizados, desmemoriados, alienados de sua história de resistência.**

O que está em jogo, para Foucault (2014), é sempre **a produção de subjectividades.** O poder produz realidade; ele produz domínios de objectos e rituais de verdade. No caso da escravidão: O sujeito negro foi historicamente produzido como objecto de discurso, ora como mercadoria, ora como “inferior”, ora como “integrável”. Os discursos revisionistas contemporâneos **actualizam essa produção**, ao recodificar o passado para **naturalizar a exclusão no presente.** A proposta de Foucault seria uma **genealogia da escravidão como regime discursivo:** não apenas estudar o que foi a escravidão, mas **como ela foi dita, esquecida, ressignificada**, quem conseguiu narrá-la e quais efeitos essa narrativa produz ainda hoje. “A genealogia é cinzenta, paciente e meticulosa [...] É uma história eficaz em oposição à história memorialista (Foucault, 2014, p. 25–27).

Essa genealogia permitiria: **desenterrar os silêncios, expor os dispositivos de esquecimento e racismo epistemológico, e criar contra-discursos**, abrindo espaço para outras formas de saber e memória, como os saberes afrocentrados, as histórias orais, a arte de resistência, as epistemologias do Sul. O negacionismo da escravidão **não é apenas ignorância, é um regime de verdade em disputa**, que envolve saber, poder e memória. A luta contra o negacionismo não é só uma disputa

factual, mas uma luta pela **produção de sujeitos históricos** capazes de lembrar, resistir e reinventar o presente a partir de outras narrativas.

Arendt (1975) assevera que compreender significa, em suma, encarar a realidade, espontânea e atentamente, e resistir a ela, qualquer que seja, ou possa ter sido.

Diante desse cenário, é imprescindível que historiadores, educadores e a sociedade civil se mobilizem em defesa da integridade da memória histórica. A promoção de uma educação crítica, baseada em evidências e na pluralidade de fontes, é fundamental para combater o negacionismo e preservar a veracidade dos factos. Somente através do compromisso com uma historiografia rigorosa e plural será possível enfrentar as narrativas conspiratórias e construir uma memória pública que honra as vítimas e as lições fáceis para evitar a tragédias passadas.

A História e o Futuro: O papel da educação na luta contra a pós-verdade

Na era da pós-verdade, na qual as narrativas subjectivas e crenças pessoais, frequentemente, se sobrepõem aos factos verificáveis, a educação assume um papel essencial na preservação da racionalidade crítica e do pensamento baseado em evidências. Nesse contexto, o ensino da disciplina de história emerge como um dos principais instrumentos de combate à desinformação e à distorção deliberada dos acontecimentos.

A história, enquanto disciplina académica e escolar, tem como missão não somente relatar eventos passados, mas também ensinar os alunos a interpretar fontes, compreender contextos e desenvolver um pensamento crítico acerca das informações que consomem. No actual cenário, no qual discursos políticos e ideológicos distorcem a realidade, a história oferece ferramentas fundamentais para os cidadãos poderem discernir factos de narrativas enviesadas.

Ao proporcionar uma compreensão estruturada do passado, o ensino de história permite que os estudantes identifiquem padrões de manipulação e analisem como certos discursos são construídos para legitimar determinados interesses. Dessa forma, a história contribui para a formação de indivíduos mais reflexivos e preparados para enfrentar os desafios informacionais do presente.

Diante da crescente ascensão da pós-verdade e da pós-modernidade no debate público, os historiadores e professores de história têm a responsabilidade de reforçar o compromisso com a precisão factual e a metodologia rigorosa. Isso significa promover uma prática pedagógica que valorize a investigação crítica, incentivando os alunos a confrontar diferentes perspectivas e questionar informações duvidosas.

Além disso, os profissionais da história devem posicionar-se, activamente, nos espaços de debate público, combatendo a disseminação de falsificações históricas e promovendo uma compreensão mais embalsada dos eventos passados. As mídias sociais, frequentemente utilizadas

para propagar desinformação, também podem ser um campo de acção, onde historiadores podem desmentir mitos e fornecer dados concretos.

Num futuro, onde a disseminação de informação se tornará ainda mais instantânea e descentralizada, o ensino da história precisará de se adaptar, incorporando novas tecnologias e metodologias interactivas para atrair o interesse das novas gerações. Isso inclui o uso de ferramentas digitais, jogos educativos e plataformas de verificação de factos para engajar os estudantes na busca activa pelo conhecimento histórico confiável.

Reiterar o primado da prova e o carácter essencial da distinção entre os factos verificáveis e a ficção em história corresponde somente a uma maneira que o historiador tem de exercer as suas responsabilidades e talvez não seja a maneira mais importante, uma vez que as invenções históricas efectivas já é o que foi em outros tempos. [...] “Procurar os desejos do presente no passado, isto é, o anacronismo é a técnica mais comum e cómoda de criação de uma história que satisfaça as necessidades daquilo a que Benedict Anderson chamou” comunidades imaginadas” ou “colectividade imaginada” (Hobsbawm, 2010, p. 253).

Portanto, o combate à pós-verdade exige que a educação histórica continue evoluindo, tornando-se um bastião contra a desinformação e promovendo um pensamento crítico que transcenda as *fake news* e as manipulações ideológicas. O compromisso dos educadores e historiadores em reforçar a importância dos fatos e da análise crítica será fundamental para garantir que o conhecimento histórico permaneça um guia confiável para o futuro.

Considerações Finais

A pesquisa bibliográfica realizada evidencia que as novas tendências de abordagens históricas, especialmente a partir do revisionismo, se inserem num cenário complexo, onde a tradição histórica e a pós-verdade se entrelaçam. O questionamento do valor da verdade, intrínseco à prática pós-moderna, instiga uma reavaliação dos métodos e das narrativas estabelecidas, abrindo espaço para a instrumentalização do revisionismo como ferramenta de reafirmação de novos sistemas de verdade.

Nesse contexto, o revisionismo histórico revela-se duplamente ambíguo. Por um lado, quando embasado numa rigorosa análise crítica e metodológica, ele contribui para o enriquecimento do conhecimento ao promover a reinterpretação de factos e a superação de visões hegemónicas que, por vezes, ocultam realidades multifacetadas. Por outro, quando orientado por objectivos políticos ou ideológicos, o revisionismo pode ser manipulado para legitimar narrativas que se alinham a interesses específicos, reafirmando a pós-verdade e minando a credibilidade do conhecimento histórico.

A relevância, desta reflexão, reside na necessidade imperativa de repensar o ensino da história num momento em que a desinformação e a relativização dos factos se fazem cada vez mais presentes

nos debates públicos. A educação histórica, fundamentada em práticas que privilegiam a investigação crítica e a verificação dos dados, torna-se um instrumento vital para a formação de cidadãos capazes de discernir entre factos e interpretações distorcidas. Assim, o desafio para os educadores e historiadores está em promover uma abordagem que, enquanto respeita a complexidade e a pluralidade dos acontecimentos, resguarde o compromisso com a objectividade e a verdade.

Em síntese, a pesquisa evidencia que o revisionismo histórico, quando cuidadosamente analisado e aplicado, pode ser uma poderosa ferramenta de renovação e reflexão no campo da história. Contudo, é imperativo que a sua utilização seja acompanhada de um rigor metodológico e de um compromisso ético que impeça a instrumentalização ideológica. Dessa forma, o debate entre a história e a pós-verdade apresenta-se como uma oportunidade de fortalecer o ensino e a prática histórica, reafirmando a importância do pensamento crítico e da busca incessante pela verdade.

Referências Bibliográficas

- ARENDT, Hannah. **Entre passado e futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: o antissemitismo, instrumento de poder**. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1975.
- BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CARVALHO, Roldão Pires; e ROVIDA, Mara Ferreira. Escravidão e racismo: análise sobre uma das abordagens dos grupos conservadores-liberais. **Revista de Estudos Gestão Informação Tecnologia**. vol. 10, n°. 2. 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu/123618271/>. Acesso em: 23 fev. 2025.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graef, Edições Graef, 2021.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Microfísica do poder**. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. p. 15–36.
- FURET, François. **Penser la révolution française**. Paris, Gallimard, 1978.
- GERARD, Alice. A crise revolucionária da historiografia da revolução e o Bicentenário. In: AMALVI, C. (Dir.). **Uma paixão de História: história (s). memória (s) da Europa: Homenagem ao Professor Charles-Olivier Carbonell**. Toulouse: Privât, 2002.
- GINZBURG, Carlo. **El juez y el historiador**. Barcelona: Anaya-Mario Muchnik, 1993.
- HEBERMAN, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções: 1789 – 1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

- HOBSBAWM, Eric. **Escritos sobre a História**. Lisboa: Relógio de Água Edições, 2010.
- JÚNIOR, Eli Borges. O que é pós-verdade? elementos para uma crítica do conceito. **Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**. 2019. Disponível <https://bjr.sbpjor.org.br>, acessado em 17 de Fevereiro de 2025.
- KUHN, Thomas. **The essential tension**: selected studies in scientific tradition and change. University of Chicago Company, 1977.
- LIPSTADT, D. E. **Denying the holocaust**: The growing assault on truth and memory. New York: Plume, 1994.
- MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MUANGUNGA, Justo Valentino. **Xé menino, não fales política**: ensaio sobre a realidade sócio-política angolana. Bengo: Justo Valentino Muangunga, 2022.
- MUANGUNGA, Justo Valentino. **Aquele apresentador se borrou?** Caxito, 19 de Janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.facebook.com/100011142166116/posts/pfbid0BcHpJeUoTPcsk9958NE725rECPwmuXj2Kc3eiUZUfRoFd34XhZWY3MXwJm9XsvCl/?app=fbl>. Acesso em: 11 fev. 2025.
- MUDIMBE, Valentin-Yves. **The invention of africa**: gnosis, philosophy, and the order of knowledge. Bloomington: Indiana University Press, 1988.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica a afirmação do óbvio. Campinas-SP: EdUNICAMP, 1995.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: EdUNICAMP, 2007.
- ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína Martins. Revisionismo e negacionismo: controvérsias. **História, história**, vol. 9, nº 17, jan./jun. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26512/rhh.v9i17.36429>. Acesso em: 22 fev. 2025.
- ROUSSO, Henry. **Síndrome de Vichy**. Paris: Éditions du Seuil, 1944.
- SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SHERMAN, Michael. **Porque as pessoas acreditam em coisas estranhas**: pseudociência, superstição e outras confusões do nosso tempo. São Paulo: JSN Editora, 2011.
- SILVERA, João Pedro Canez da. A credibilidade do historiador na era da pós-verdade. **Revista Latino-Americana de Estudos Científico-RELAEC**. vol. 04, n.19 Jan./Fev. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/index>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- SOBOUL, Albert Marius. **La révolution française**, 1789 – 1799. Paris: Gallimard, 1984.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- TOCQUEVILLE, Alexis. **O Antigo regime e a revolução**. Brasília: Editora EdUnB, 1997.